

Educação no Brasil

Cristovam Buarque

Não é difícil imaginar o trágico futuro de um país onde apenas uma quarta parte de sua população jovem conseguirá concluir as quatro primeiras séries do ensino básico; e só a metade destes poucos concluirão o primeiro grau. Onde quase a metade de seus adultos é analfabeto.

E igualmente grave num país onde os dez por cento que terminam o segundo grau e os dois por cento que ingressam na universidade, atravessarão cursos insuficientes, sem a continuidade desejada, sem os recursos pedagógicos e os conteúdos que o mundo atual exige.

São poucos os países do mundo que vivem uma tragédia com tal dimensão. O Brasil é um deles, com agravante ético de ser o único nesta situação, que dispõe dos recursos necessários para superá-la. O estado de nossa educação corresponde ao de uma grave calamidade nacional provocada por decisão ou omissão da própria sociedade.

Por isto, o primeiro passo para superar a tragédia é assumir o estado de calamidade e entender que sua superação exige uma prioridade absoluta, sem o que o Brasil terá um futuro trágico, sejam quais forem as demais medidas modernizadoras que venham a ser tentadas. O segundo passo é definir um programa amplo e ambicioso para a superação do quadro de calamidade. A educação não será construída por pacotes isolados. O analfabetismo de adulto não é a causa do nosso baixo nível educacional, mas a consequência do abandono à educação das crianças e jovens na escola primária. As vagas ociosas na universidade não decorrem de sua falta de compromisso, mas de um ensino básico deficiente.

A proposta apresentada pelo governo paralelo, sob o título de Educação Urgente, oferece uma proposta abrangente visando superar a calamidade e construir uma sólida infra-estrutura educacional em um prazo de cinco anos, graças ao cumprimento de cinco grandes metas.

1. Nenhuma criança brasileira fora de escola pública de qualida-

de. Graças e execução de uma série de medidas e ações que podem ser resumidas nos seguintes pontos: ampliação do ano letivo para 200 dias e implantação gradativa do horário diário integral; cumprimento das normas constitucionais relativas ao período pré-escolar e ampliação do atendimento público às crianças carentes; disponibilidade dos recursos necessários para a integração no processo educacional de todos os portadores de deficiências físicas e mentais; contratação, capacitação e reciclagem permanente de professores, especialmente aqueles das primeiras quatro séries do ensino de primeiro grau; um plano funcional que oferece as condições, inclusive salariais, para atrair os melhores jovens à carreira do magistério básico — atraindo para isto, em caráter emergencial, parte do contingente de alunos das universidades; construção, recuperação e equipamento pedagógico das escolas públicas; reformulação dos cursos, dentro do espírito já previsto no projeto de lei de Diretrizes e Bases; implantação de um sistema de descentralização administrativa das escolas, com o envolvimento direto da comunidade na gerência e avaliação; criação de uma central de identificação, apoio e divulgação de experiências pedagógicas inovadoras; e estabelecimento de um sistema rígido de avaliação nacional do aprendizado escolar.

2. Uma população alfabetizada. Cumprimento da norma constitucional, que visa erradicar o analfabetismo de adultos, pela incorporação neste esforço de todo o sistema escolar, especialmente universitário, com o apoio aos movimentos comunitários.

3. Uma universidade de qualidade e comprometida com os problemas e futuro do País. Para tanto, mudanças nos cursos das áreas tecnológicas, ampliando o papel e o vínculo da universidade com a sociedade; previsão de carga horária de professores e alunos em atividades vinculadas aos programas sociais, especialmente alfabetização, educação básica e técnica; envolvimento da universidade no ensino à

distância; criação de um sistema nacional de avaliação da universidade.

4. O Brasil inteiro como uma escola. Implantação de sistemas educacionais através dos meios de comunicação, respeitando-se a liberdade e a criatividade de cada veículo, mas exigindo deles programas educacionais e culturais nos espaços nobres. Criação de uma estrutura nacional para realização do ensino à distância, com a participação das universidades.

5. Ensino técnico de qualidade, dinâmico e comprometido. Ampliação do ensino técnico médio, com sua reformulação para permitir uma constante reciclagem que evite a obsolescência dos treinados juntamente com as máquinas e que lhes permita uma consciência do papel social que eles têm.

Esta proposta não exige nenhum recurso real que o Brasil não disponha. Temos as indústrias, a infra-estrutura de comunicações, a massa crítica de pessoal já formado. Falta a definição da prioridade, o sentimento de urgência, a vontade política para canalizar nosso potencial em direção ao esforço de fazer uma sociedade educada, que caminhe com eficiência e dignidade para o futuro, com consciência e poder de influir no seu destino.

Ao lançar a proposta, o governo paralelo deixou claro como vê o problema, como sente a urgência, quais as linhas básicas que sugeriu e manifestou a necessidade de uma convocação de toda a sociedade, sem exclusão de qualquer força política. Nos próximos meses, o governo paralelo continuará o trabalho de cuidadoso detalhamento de cada uma das propostas, visando transformá-las em projetos de lei para apresentação no Congresso. Antes disso, todos desejamos que o assunto já esteja sendo debatido e encaminhado, por todos, com a seriedade e o envolvimento global que merece.

Cristovam Buarque, ex-reitor da UnB, é coordenador da área de Educação do governo paralelo